

## Editorial

Chegamos ao final de 2018 trazendo a luz quatro novas contribuições ao debate científico, na forma de quatro artigos originais. No primeiro destes, Lauro e Silva Neto, à luz da teoria dos ciclos reais de negócios, propõem uma investigação sobre o sentido, a intensidade e a persistência dos choques incidentes sobre os determinantes do crescimento do produto da pecuária de corte bovina no estado de Goiás, no período compreendido de 1997 a 2012. Com base na estimação de um modelo de correção de erro estrutural (VEC estrutural), o estudo ressalta, dentre outras evidências obtidas, que choques de oferta, cujos efeitos mostram-se predominantes, tendem a afetar positivamente o produto, ao passo que choques de demanda apresentam o efeito oposto. No segundo artigo desta edição, Pais e Torres discutem a questão da logística de transportes e a expansão da produção de soja no Brasil no período recente, com destaque especial para a região centro-oeste. Destaca-se, nesse contexto, que a utilização intensiva do modal rodoviário de transporte atua enquanto importante fator de oneração da produção local, comprometendo assim sua competitividade internacional. A contribuição seguinte, proposta por João Victor Machado, aborda a utilização da política industrial como estratégia de desenvolvimento econômico no Brasil, analisando-se, especificamente, a experiência e os resultados da política energética do II Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado na década de 1970. Em termos gerais, a análise aponta para a importância das ações articuladas pelo Estado no tocante à consolidação do processo de industrialização da economia brasileira e, nesse contexto, para a transformação da estrutura energética do país, com queda da dependência em relação ao petróleo e aumento da importância das hidrelétricas na geração de energia. No quarto e último artigo deste volume, Monteiro investiga a questão da convergência educacional entre as diferentes regiões brasileiras. Nesse sentido, busca-se identificar e analisar os possíveis determinantes da desigualdade educacional regional no Brasil, com base nas características individuais e familiares de jovens entre 14 e 17 anos. Utilizando-se dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) dos anos de 2004 e 2014 e mediante o método de decomposição proposto por Juhn, Murphy e Pierce (1993), os resultados obtidos pelo estudo sugerem não ser a desigualdade na distribuição das características dos indivíduos e das famílias o maior responsável pela desigualdade regional educacional, mas sim a desigualdade na resposta a essas características.

Desejamos a todos uma proveitosa leitura, um excelente final de ano e um próspero ano de 2019.

Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

Editor